



**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Da sra. Caroline de Toni)

Requer seja submetido à deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de **COMPARTILHAMENTO**, pelo Juízo Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu, dos autos nº **0003169-83.2016.8.16.0140**.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. art. 58, § 3º, da Constituição Federal, c/c com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, e na forma do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **COMPARTILHAMENTO**, pelo Juízo Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu, de cópias em inteiro teor e arquivo pesquisável, das ações de investigação, inquérito e processo judicial, inclusive as eventualmente produzidas com respeito à cláusula de reserva jurisdicional, materializada nos autos nº **0003169-83.2016.8.16.0140**.





## JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista as crescentes invasões de terras que temos presenciado no Brasil, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem o dever de atuar, mediante todos os instrumentos constitucionalmente admissíveis, para findar esses atos ilícitos que geram temor e pânico aqueles que vivem, trabalham e produzem no campo.

Nesse contexto, no exercício do nosso mandato, chega-nos a informação de que os autos nº **0003169-83.2016.8.16.0140** faz-se uma investigação sobre a invasão, mediante violência e ameaça, à posse legítima com elevado índice de produtividade.

Inclusive, consta da informação que nos foi encaminhada que no âmbito dos referidos autos houve a prisão de 14 (catorze) integrantes do Movimento Sem Terra – MST, bem como a expedição de 10 (dez) mandados de busca e apreensão, resultando na apreensão de armas brancas e de fogo, inclusive, de uso restrito às forças armadas.

Ainda, naqueles autos, os réus são acusados também de cometerem os crimes relativos ao cárcere privado dos empregados da fazenda, bem como extorsão e roubo, gerando um prejuízo estimado em mais de 5 milhões de reais.

Ademais, foi nos narrado que, após os delitos, os invasores arrendaram a área para outros produtores da região, que, inclusive, realizaram desmatamento ilegal, gerando assim uma cadeia de ilícitos.

Dessa feita, não há dúvidas de que os autos interessam à esta Comissão, sendo que as provas nele produzidas podem contribuir para a investigação que neste Parlamento se realiza.

Ante o exposto, requisita-se a íntegra dos autos, com o **COMPARTILHAMENTO**, pelo Juízo Criminal da Comarca de Quedas do





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Iguaçu, de cópias em inteiro teor e arquivo pesquisável, de todas as ações de investigação, em inquérito e processo judicial, inclusive as eventualmente produzidas com respeito à cláusula de reserva jurisdicional, materializadas nos autos nº **0003169-83.2016.8.16.0140**

Deputada Caroline de Toni

Sala de sessões, em 2023.

**Caroline de Toni**  
**PL /SC**

Apresentação: 16/06/2023 16:24:38.963 - CPIMS

REQ n.247/2023

\* CD 230400034000 \*  
LexEdit

